

OUSAR! LUTAR! CONSTRUIR PODER POPULAR!

Coletivo Quilombo Rumo Congresso Extraordinário da UNE

A FALÊNCIA DO NEOLIBERALISMO, A ASCENSÃO DO NEOFASCISMO E AS LUTAS POPULARES

O modelo de governo neoliberal, cujo laboratório foi a ditadura militar chilena de Augusto Pinochet, praticado por Ronald Reagan, Margaret Thatcher, Fernando Collor e FHC, nitidamente esgotou-se e, dessa forma, mostrou suas notórias limitações proposicionais, governamentais e ideológicas. Fruto disso é a crise de 2008, instalada a partir de um impasse entre a dinâmica da vida ordinária da sociedade, a economia real, e a ditadura do sistema financeiro. A consequência disso foi a falência de um setor fundamental do capital financeiro, à exemplo de um dos bancos mais importantes, Lehman Brothers do país em que o capitalismo está bem resguardado, ou seja, os EUA. O Estado, lá, foi acionado para salvar o sistema financeiro, demonstrando o fracasso desse modelo. Uma sequência de fatores são decorrentes dessa conjuntura: o endividamento dos Estados Nacionais; a privatização de serviços públicos essenciais para população; a alta inflacionária descontrolada nos preços; os aumentos exorbitantes dos juros, gerando um endividamento na economia doméstica; e uma crescente colonização do capital produtivo pelo capital financeiro.

Tudo isso desemboca no seguinte quadro: não é possível estabelecer uma relação apaziguadora entre o objetivo do capitalismo (fazer lucro e mantê-lo, independente do que ocorrer) e os fundamentos da democracia. Sua pretensa “solução”, isto é, a democracia liberal, possui muitos impasses e contradições que, aos poucos, vem a corroendo por dentro, submetendo-a aos desejos do capital e gerando uma enorme frustração entre aqueles que deveriam ser representados nela. Desse modo, o neoliberalismo, como imaginário de modelo político e econômico, demonstrou sua fraqueza. A gestão empresarial da vida em sociedade, o empresário de si mesmo, que busca defender o lucro acima de tudo, da exposição excessiva de seu “sucesso” e da privatização do espaço público conduziu à volta das origens políticas do neoliberalismo: o autoritarismo, o governo antidemocrático e a violência política e social como arma de dominação. Essa situação, por óbvio, gera um sentimento coletivo de desamparo - ampliado pelo aumento abusivo do desemprego, do aniquilamento de corpos e pela pauperização da vida do povo - em que os certos afetos, como o medo, a raiva e o ódio se potencializam. E, disso, se faz “crível” e convincente um discurso cínico, uma retórica falaciosa, teatralizada, violenta e odiosa que, também, se expressa politicamente na forma de neofascismo.

Este tenta se colocar como um discurso que irá apresentar a solução dos problemas da população. Sua forma, explicitada através de práticas, discursos e posições políticas autoritárias, o neofascismo tem como característica quatro elementos centrais: o culto à violência (utilização da “força”, da “coerção” como método para resolver angústias diárias), brutalizando todas as relações sociais; a instalação de um imaginário, para a sociedade, de um Estado paranóico e persecutório, que está autorizado a perseguir um “outro” - negros, indígenas, mulheres, esquerdistas, imigrantes - com intuito de “manter uma ordem” daquele território; a insensibilidade, exercida pelo governante, em ajudar os que mais necessitam da ajuda do

Estado, lhes desprezando como cidadãos e seres humanos; e, por fim, de ser um governo sempre fora-da-lei, isto é, que não obedece aos mínimos acordos legais e democráticos entre a população e o Estado e que, ao mesmo tempo, está autorizado para declarar e fazer o que bem deseja para o povo. Em suma, o neofascismo é uma ideologia que mistura, de modo proposital, ordem e desordem, lei e anomia.

A estratégia deles para tal, contudo, não visa resolver os descontentamentos da população: eles apenas desejam manter o quadro de instabilidade social e política como está. A tática, com efeito, resulta na criação de um movimento de massas, calcados nestes afetos negativos, que os defende e sustenta a transfiguração da democracia liberal num outro tipo de regime. Tal fenômeno tem de espalhado no mundo a partir de um eixo de articulação política que tem duas variantes. De um lado, um neofascismo nacionalista e xenófobo, cujo “outro” inimigo é externo, no centro do capitalismo - nos Estados Unidos e Europa, com os governos de Trump (EUA), Salvini (Itália), Orban (Hungria), o fenômeno do Brexit no Reino Unido - e um neofascismo periférico e subalterno, com um “outro” inimigo interno, cuja maior expressão recente foi a ascensão de Bolsonaro no Brasil nas eleições de 2018.

A situação brasileira

Toda essa paranoia discursiva violenta, fruto da crise de 2008, também chegou no Brasil. Vimos, durante uma década (2003-14), com os governos do PT, uma melhoria de vida do povo nunca visto antes na história. O país vinha ganhando um real aspecto de democracia, reduzindo a miséria, a exclusão social, a pobreza, o analfabetismo, a falta de moradia e o déficit na saúde pública. As políticas públicas implementadas para redução da desigualdade, dessa forma, foram extremamente exitosas. O país, além disso, atingia o pleno emprego, estava gerando mais oportunidades de vida para os mais pobres, os negros, os indígenas, as mulheres, os LGBTQIA+, ou seja, começando, ainda que timidamente, a lidar com o fantasma da escravidão ainda presente, do comportamento racista, machista, LGBTfóbico e patriarcal exercido de modo autoritário. Em suma: os governos do PT, com Lula e Dilma, estavam aplicando um projeto de país que visou, sempre, a melhoria e o bem-estar da vida da classe trabalhadora, daquelas e daqueles que mais precisam da ajuda do Estado. Além de tudo, o país se desenvolvia, ganhava mais respeito internacionalmente, por defender os Direitos Humanos, o convívio democrático e pacífico entre todas as culturas e países, os acordos em defesa de um modelo econômico socialmente ecológico e, juntamente, construía uma soberania nacional, isto é, uma emancipação da subalternidade geopolítica que sempre estivemos presos - e notoriamente aplicada e defendida nos governos neoliberais anteriores.

Contudo, esse cenário de otimismo e prosperidade começou a sofrer um declínio com a chegada da crise de 2008, sublimada, num primeiro momento, pela habilidade política de Lula e, no segundo momento, pelo projeto de investimentos na melhoria da infraestrutura do país durante o início do governo Dilma. Os primeiros reflexos disso se deram no ano de 2013, com amplas mobilizações. Esse quadro se ampliou, sobretudo, após a derrota da oposição em 2014, que iniciou um processo de boicote e sabotagem do governo democraticamente eleito, vendendo um discurso falso de estelionato eleitoral. Desse modo, devido a irresponsabilidade das declarações e articulações de

Aécio Neves, do PSDB, do DEM, da Globo, somado a instalação de uma operação policial espetacular (a Lava Jato) que, dia a dia, destruiu as garantias dos direitos fundamentais - violando a lei e, com isso, cometendo crimes - e, além disso, o declínio econômico no setor de petróleo e gás, a crise aprofundou-se. Esse clima, então, gerou um ambiente de paranóia social e de desamparo coletivo, em que os “culpados” do desastre, orientado por um discurso de ódio difundido pela mídia e pelos perfis de redes sociais de figuras públicas e parlamentares, continuam sendo nomeados de modo irresponsável, preconceituoso e desonesto: a esquerda, o PT, “o bolivarianismo”, a corrupção (?), o estatismo (?), o comunismo, as feministas, os negros e as negras, os LGBTQs, os imigrantes, o professor de história e sociologia são os culpados da crise, alegam eles - não os ricos, os banqueiros, as consequências do sistema político brasileiro e os donos da casa-grande.

É preciso registrar também que a incapacidade de reorientar estrategicamente a esquerda legou uma prática de tentativa de manter a conciliação de classe quando a burguesia escolhia declarar guerra. Se, por um lado, a desorganização do trabalho de base, da disputa de hegemonia na sociedade, da batalha das ideias, do fortalecimento dos movimentos sociais é a expressão disto, também o é um conjunto de políticas equivocadas no final do período petista, em especial, a adoção da chamada “Agenda FIESP” de desonerações, que significaram maior margem de lucros e não maior taxa de investimentos das grandes empresas, e, sobretudo, o cavalo de pau do início de 2015, com a adoção de medidas de austeridade por um governo que foi eleito para defender os direitos sociais. O acirramento dessa conjuntura, em que as forças políticas tornaram-se cada vez mais polarizadas, junto com os segmentos da sociedade civil - com um imenso ativismo político de procuradores, delegados, jornalistas, juízes e militares - deu brecha para um golpe de Estado, executado a partir de uma acusação falsa para motivo de impeachment de Dilma Rousseff, presidenta eleita democraticamente, rasgando, com isso, o pacto constitucional representada pela Constituição de 1988. Com a ajuda do vice-presidente da República, de setores do judiciário (da PF, do MP e dos TJs), da mídia colonizada, da banca rentista e da oposição irresponsável, o golpe foi consumado.

A burguesia e a elite, que nunca aceitaram os êxitos dos governos petistas, tomou o poder de modo ilegítimo. Diante disso, o impasse político, definida como uma crise ética, política, jurídica, econômica e representativa, apenas aumentou: a aniquilação do debate político e a supressão dos ritos da democracia brasileira, diante do golpe, foi a causa para uma radicalização da naturalização do discurso neofascista na sociedade brasileira. Mais do que isso, o desgoverno Temer e sua quadrilha, por meio de uma agenda neoliberal, após usurpar o poder, fez com que retornasse a miséria, a fome, o aumento do desemprego, da violência urbana e rural e o feminicídio no país. Nessa conjuntura, ademais, foi consumada a prisão ilegal, indevida e inconstitucional do presidente Lula. Acusado de um crime que não cometeu, por meio de uma farsa jurídica vergonhosa, anacrônica e criminosa, a prisão de Lula representa, simbolicamente, uma captura da democracia brasileira por parte de bandidos de toga, articulados com militares do alto escalão, com parlamentares vendidos e autoritários e uma mídia mentirosa. O assassinato da vereadora do PSOL-RJ, Marielle Franco, ainda impune, mesmo sabendo quem são seus autores, também demonstram isso. Outra comprovação é o exílio de Jean

Wyllys em 2019, que o mesmo disse que o exílio é necessário para o manter vivo e protegido. Tudo isso deu caldo para o enraizamento da ideologia fascista e é fruto de um processo acelerado de desdemocratização.

Eleições de 2018 e o futuro da democracia brasileira

Foi com esse clima que ocorreram as eleições de 2018. O período de campanha eleitoral foi marcada por fraudes: a cassação da candidatura de Lula, a utilização de caixa 2 para bancar um sistema ilegal de difamação, o gabinete do ódio, o abafamento do relatório do COAF que demonstrava movimentações financeiras criminosas da família Bolsonaro, e o cometimento de crimes digitais são alguns exemplos disso. A utilização das fake news nas redes sociais, distorcendo a realidade e insuflando, por meio do despertar de afetos como o ódio e a raiva também foram utilizadas, basicamente, com dois intuitos. Primeiro, esconder o real objetivo das propostas programáticas por parte da chapa de Jair Bolsonaro; e, por outro lado, estimular uma narrativa política que criminalize a política, o PT, a esquerda e os movimentos sociais (o tal antipetismo), isto é, que anule seu discurso e seu projeto para o Brasil. O resultado disso, sabe-se bem: a explosão de violência, por motivos políticos, a propagação de uma guerra híbrida no universo virtual e, junto a isso, a eleição de Bolsonaro - ou seja, o caos instalado por consequência do golpe.

Bolsonaro elegeu-se por meio do que sabe fazer: ser cínico e mentiroso. Conseguiu criar uma falsa imagem de “brasileiro médio”, “trabalhador”, “honesto”, que “deseja o bem da nação, do povo e da família” no meio de uma sociedade adoecida mentalmente, com medo da violência, do desemprego, do abandono e, em certos casos, da perda de privilégios - local onde realmente está sua base que confia e acredita no seu “projeto”. Sabendo de sua enorme ignorância perante os problemas nacionais, ele se escondeu nas redes sociais defendendo um discurso, cuja síntese está na bravata “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Desse modo, ele fugiu de qualquer debate que o confronte como representante da nação - algo essencial para uma democracia. O seu debate político se resume em cometer ofensas contra aqueles que ele despreza e nutre ódio, como as mulheres, os indígenas e os LGBTQs. Além de um despreparado preconceituoso, ele é uma figura que representa, estando no poder, as diversas sequelas de nossa história, ainda iminentes, como a genocídio da população negra e indígena, as relações de trabalho verticais, autoritárias, violentas e de cunho escravista, o despreparo dispendioso e criminoso de nosso Judiciário, da Polícia e dos Militares. Sem intermediários ou meias-medidas: o Estado que historicamente faz o serviço sujo da dominação econômica e social do povo brasileiro agora é dirigido por aqueles que defendem, abertamente, essas práticas. Ainda sim, ele carrega uma considerável base política que, diante do resultado eleitoral, construiu uma alternativa de gerência política, ainda que indecente e absurda, mas orgânica em alguns setores da população. Três se destacam: os agentes do golpe, como os militares, a elite judiciária, os grandes empresários, as milícias; os setores da população - muitos que viram seu poder de consumo declinar exponencialmente durante o golpe - que não se sentem representados na política institucional brasileira, que apostou nele como uma alternativa para o novo, um novo meio de fazer política, ou seja, que estão caindo num discurso mentiroso; e, por fim, setores ideologicamente conservadores da classe média, medíocres, preconceituosos e oportunistas que, sabendo de tudo isso,

encaram como um momento inédito para realizar o que eles mais desejam - aniquilar quem pensa diferente deles e ganhar, de modo indevido, vantagens e privilégios.

Esses setores todos vêm se organizando, nas ruas e nas redes sociais, desde 2014, para chegar ao poder. Com o golpe, mediante a naturalização da mídia brasileira e da convivência da justiça e instituições do Estado com o discurso fascista, se sentiram legitimados para pautar a agenda política do Brasil, radicalizando as orientações e as pautas. Diante de 2018, eles cresceram e ganharam uma certa militância que luta pelas suas causas (dia do hétero, dia do branco, direito a posse de arma, escola sem partido, privatização de estatais, destruição dos direitos trabalhistas, criminalização da esquerda e do socialismo...). Ganharam, com isso, quadros representativos em diversos Estados. A esquerda, diante do impacto desse conjunto de fatores da conjuntura e do golpe, ainda parecia inerte diante do avanço de uma extrema direita que mata, encarcera, defende a tortura e um Brasil eternamente na condição de colônia. Ela possui, na atual condição, a possibilidade de mudar esse rumo incerto e errante que vem tomando.

O Governo Bolsonaro, deixa brechas e permite com que parte considerável dos seus eleitores, junto aos que votaram branco e nulo, veja o que ele é: um representante da medíocre que demonstra pouca habilidade política em mediar projetos, programas e ações políticas que melhorem a vida do povo. Ele, junto com seus ministros, apenas sabem gritar, intimidar nas redes sociais, botar o dedo na cara de quem não gosta e estimular ódio aos seus opositores.

A pandemia do novo coronavírus alterou as relações nas sociedades de todo o mundo. Nos impôs um cotidiano de medo e insegurança coletiva onde qualquer pessoa pode ser agente propagadora do vírus e desnudou uma triste realidade de mortes. Notoriamente, a pandemia também elevou desigualdades já existentes para vários setores populacionais no mundo, com importante destaque para as camadas mais vulnerabilizadas, a exemplo de, negros, indígenas, mulheres, jovens, idosos e a comunidade LGBTQIA+, que já vivenciavam dificuldades no acesso à serviços básicos, como, o acesso à educação, emprego e renda, saúde, segurança pública, segurança alimentar, etc, e sentiram com a chegada da pandemia que a garantia de acesso a tais direitos se tornaram ainda mais restritas. Tal cenário não difere do vivenciado pela juventude brasileira que sente em seu cotidiano os efeitos das desigualdades estruturais de classes, raça e gênero em que estão historicamente submetidas, somadas as consequências das crises econômica, política e social, acentuadas pela adesão às políticas neoliberais do governo Temer e do Governo Bolsonaro. O segmento da juventude que havia alcançado importantes direitos nos governos de Lula e Dilma, consolidando-se, inclusive, como sujeitos essenciais no processo de ampliação do pacto democrático e da cidadania, passaram a ver os mecanismos de debate, formulação e reivindicação, a exemplo do Conselho Nacional de Juventude, e suas conquistas, destituídas na política nacional adotadas nos planos de governos após 2016.

No acesso ao emprego e à renda, categoria fundamental para análise do desenvolvimento social do país, vale ressaltar que a aprovação da reforma trabalhista em 2017 pelo Governo Temer gerou uma massa de trabalhadores informais com catastrófico reflexo durante a pandemia. A queda de quase 5

milhões no número de ocupações em relação ao primeiro trimestre de 2019, fez o país alcançar um contingente de cerca de 70 milhões de pessoas fora da força de trabalho em 2020. No entanto, os reflexos dessa política não são observados somente no número de desocupações, mas também no crescimento exponencial de adesão a postos de trabalho no setor de entregas e transportes por aplicativos, demonstrando que o cenário de precarização para acesso ao emprego e renda atinge em grande proporção a juventude negra e periférica brasileira que é o principal segmento a acessar oportunidades de trabalho nesse setor.

A chamada uberização do trabalho atingiu de maneira significativa as famílias brasileiras, e com isso atinge também a juventude que compõe e/ou chefia esse núcleo familiar. Impostas ao desemprego e à ausência de políticas efetivas de transferência de renda, sem perspectiva para curto, médio e longo prazo, se viram obrigadas a procurar refúgio em vagas onde estão mais expostas ao contágio da COVID-19, com jornadas exaustivas, rendas reduzidas, consideradas como mão de obra mais barata, e sem qualquer garantia de direitos trabalhistas.

Cabe à esquerda combater as propostas concretas apresentadas, isolar o discurso extremista e dar início a construção de uma maioria política sensata contra este governo. Para isso, é preciso que a esquerda seja firme em seu discurso e nas pautas debatidas com a sociedade, trazendo argumentos que digam as causas e os efeitos dos problemas diários de uma população descrente da política. Que faça da política, como faz muitas igrejas, um espaço de convívio solidário, amigável, acolhedor e para dar orientações; que repense sua atuação, diante dos avanços tecnológicos e científicos, com os sindicatos, na questão do trabalho; que construa uma pauta unificada entre os estudantes que buscam ter uma educação emancipatória e digna; que busque organizar uma política crediária aos trabalhadores autônomos, os pequenos empresários, os agricultores, os profissionais liberais; que proponha políticas públicas emancipatórias para as massas oprimidas e que, no fundo, construa uma democracia efetiva com justiça social. A conjuntura permite com que uma narrativa de um projeto popular e plural seja possível. Isso precisa ser feito, porém, entendendo a dinâmica das mudanças da nossa realidade, sobretudo a partir da atuação política nas redes sociais. Ao mesmo tempo, deve ser retomado o trabalho de base para construir uma militância sólida, unida, capaz de articular as pautas que respondam ao sofrimento da pobreza, do racismo, do machismo; da LGBTfobia; demonstrando que política se faz todo dia, em todo momento, e que deve buscar, sempre, a melhoria da vida do povo.

O futuro do Brasil ainda parece incerto. Sabemos que é preciso fazer uma oposição forte ao governo Bolsonaro, denunciando seus crimes e seus desmandos contra a população. Ao mesmo tempo, a esquerda precisa debater, formular e aprender, de modo qualificado, com uma população que, outrora, conseguiu muita coisa e que, para seus filhos e filhas, querem mais escola, saúde, cultura, conhecimento, lazer e bem-estar que eles tiveram oportunidade de desfrutar. Mais do que isso, ela deve disputar e evidenciar que é preciso construir um imaginário de uma sociedade harmônica, justa e com oportunidade para todos, todas e todes. Desse modo, ela necessita formular reformas profundas na nossa democracia, para reavivá-la e retomar a possibilidade de superação de um modelo excludente de sociedade. O imaginário e o sentimento de país que lutava para superar seu passado de

colonização, durante os governos do PT, ainda ecoam no espírito da população. O povo sabe que, anos atrás, o Brasil conseguiu avançar em diversos eixos. É esse o projeto de país que devemos resgatar e, acima de tudo, aprofundar, combatendo o fascismo, o discurso de ódio, a estratégia do medo, a propagação de mentira, as (anti)políticas que oprimem o povo, disputando novos espaços, fazendo novas políticas públicas reais e de cunho emancipatório e, ao fim, dirigindo realmente o destino de nossa população. Por isso, que o conjunto dos movimentos sociais e da população ocupou as ruas nas mobilizações de 29 de maio, 14 de junho e 3 de julho, onde foi criado de forma nacional o Movimento Fora Bolsonaro, que tem o objetivo de defender as vidas dos e das brasileiras, na luta por comida no prato que está interligado com o auxílio emergencial que antes era 600R\$ aprovado no ano de 2020 e que o governo Bolsonaro diminuiu para 150 na segunda onda do Covid-19, o movimento também exige a vacinação em massas o mais rápido possível que só assim iremos estancar as mortes por esse vírus e na luta contra os cortes na educação, na ciência e na tecnologia.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA

As mudanças conjunturais e de clima político vivenciado no final de 2015 e início de 2016 visibilizam uma virada radical na concepção de direito à educação que estava sendo construída no país nos últimos anos. Vivenciamos cortes de verbas da educação, o que resultou no fechamento de instituições de ensino, presenciamos as questões voltadas à educação sendo posta como não prioridade, fomos vítimas da violação dos direitos à educação, direitos estes que foram conquistados com dificuldade e muita luta, inclusive pelos próprios estudantes e as entidades estudantis que os representam. Tivemos a infeliz experiência de presenciarmos tentativas de derrubar e quebrar a liberdade democrática, o que caracteriza uma forma de calar professores e estudantes, fazendo com que política não seja discutida em sala de aula, como se faz necessário, além da proibição da abordagem de fatos e ações do nosso cotidiano e das análises das representações sociais dos alunos, feitas pelos próprios, o que justifica o desejo da implantação de medidas antidemocráticas, que fere a liberdade de expressão dos professores, dos sindicatos e estudantes, formando assim uma educação que aprisiona, quando na verdade deveria libertar.

Ao invés de censurar, de oprimir, de banir, criticar e não valorizar o Método da Educação Libertadora (método do educador Paulo Freire que defende e incentiva o posicionamento do aluno no meio social e político em que ele vive, ou seja, no seu contexto real) deveria-se ensinar a pensar ajudando os alunos a potencializar suas habilidades cognitivas e influenciar na construção de conhecimentos. Tais atitudes deveriam ser tarefa do Estado, uma vez que estaria formando cidadãos conscientes dos seus fatos, e o mais importante, do processo histórico social que justifica a diversidade existente numa nação, a qual se deve respeitar, pondo em prática a proposta de uma educação crítica e reflexiva.

É de tarefa primordial das universidades e escolas públicas a luta contra seu desmonte, seja da classe estudantil ou docente. Educação não é privilégio, é um direito! A União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas precisam defender o ensino público e de qualidade e deve formular um programa de retomada da ampliação do acesso à escola e a

universidade, com qualidade no ensino-aprendizado prioritariamente no ensino público, com a construção dos projetos políticos-pedagógicos e institucionais voltados ao interesse público e popular. Mais que isso, que o investimento na educação signifique o fortalecimento do setor público; a garantia de políticas de permanência efetivas e acessíveis ao conjunto dos estudantes que dela necessitem; o avanço da democracia interna nas universidades; e o cumprimento da função social da universidade. Assim, a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas podem assumir um compromisso de luta que já carrega em sua história, fazendo a defesa intransigente, mesmo nesta conjuntura adversa, de uma escola e universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática e popular.

Educação pública e a luta das juventudes no campo, nas águas e nas florestas.

A educação, segundo Paulo Freire (1921-1997), tem como função fazer estimular os estudantes a compreenderem o mundo e assim sendo poder transformá-lo a partir de um forte processo de conscientização crítica. A Educação no meio rural historicamente tende a desfavorecer minorias e colocar na contramão do processo de ensino - aprendizagem dos filhos e filhas do campo, das águas e das florestas. Nesse sentido os movimentos sociais organizados tendem a dar sua contribuição em busca das verdadeiras mudanças no sistema educacional, no que diz respeito ao processo de formação da conscientização crítica e na organização, visando o futuro acadêmico das juventudes agrárias.

O Brasil vive um dos momentos mais obscuros da sua história recente, a ofensiva de setores de extrema direita no pós golpe que retirou a presidenta Dilma do poder, garante a sua consolidação, legitimando-se nas urnas do último pleito eleitoral, com a derrota estratégica do projeto popular e democrático, levando a presidência da república Jair Bolsonaro, presidente esse que se elege escondido atrás de uma rede social disseminando ódio aos movimentos e organizações populares e todo o tipo de minorias. A nomeação do então Ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, fruto da influência de Olavo de Carvalho tende a ser uma demonstração de que o Governo Bolsonaro não tem intenção alguma em dialogar com a classe trabalhadora e que os filhos do campo, das águas e das florestas terão que estar ainda mais organizados para enfrentar o que podemos chamar de momento ápice da ofensiva Golpista contra a educação pública em especial a educação no campo.

A conjuntura cada vez mais acirrada exige da UNE posições mais firmes no que diz respeito ao debate da Educação para as juventudes Rurais, a organização da luta em defesa da permanência e fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária o (PRONERA), bem como a garantia dos recursos do Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO). A UNE precisa fortalecer a luta pela retomada do Programa Nacional de Reforma Agrária e das atividades e recursos do INCRA visando o combate aos conflitos de terra e acelerando os processos de compra e titulação de áreas da reforma agrária e de territórios e comunidades Quilombolas, defender a FUNAI e os povos indígenas deve está nas agendas de prioridade da União Nacional dos Estudantes, bem como se faz necessário ampliar o debate por todo o país acerca do plano nacional de juventude e

sucessão rural como elemento estratégico para a vida e permanência das juventudes no campo, com ênfase na garantia da construção de um sistema de educação que diminua as desigualdades na formação acadêmica e social para os povos do campo, das águas e das florestas, como disse Paulo Freire " Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, retocando e refazendo o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Educação na Pandemia

Na área da educação os impactos da pandemia são alarmantes e considerados como irreversíveis em algumas análises. O crescimento das infecções e da letalidade por coronavírus na sociedade brasileira somado a ausência de um plano nacional que orientasse estados e municípios sobre como agir para garantia do acesso à educação durante a pandemia, impediu a continuidade do ano letivo em escolas, institutos, faculdades e universidades, espaços reconhecidos, pela realização de aglomerações para promoção do ensino presencial.

No mundo estima-se que cerca de 1,5 bilhões de estudantes estão fora da escola durante a pandemia. No Brasil, estima-se que 5,5 milhões de estudantes não tiveram atividades escolares em 2020. O perfil destes estudantes não é novidade, são em sua maioria das regiões norte e nordeste, residem em comunidades periféricas e rurais, são negros e indígenas e acessam o sistema educacional através das escolas públicas. É evidente que os desafios do controle da pandemia somam-se às dificuldades do nosso sistema educacional insuficiente para formação dos e das estudantes; temos um cenário marcado pelo atraso e/ou abandono escolar, falta de acesso à computadores, tablets, celulares e internet de qualidade, além das tentativas frustradas de implementação de ensino remoto que não garantem a aprendizagem.

Essas questões ampliam a insegurança da sociedade, sobretudo dos e das estudantes, no que se refere a importância em manter o investimento na formação acadêmica como forma de ascender socialmente e intelectualmente. Essa insegurança refletiu também no Exame Nacional do Ensino Médio, principal porta de entrada desses e dessas estudantes nas universidades, que foi realizado durante a pandemia em meio a alta de casos da COVID-19. Vale lembrar que as instituições de ensino superior tiveram um papel fundamental na diminuição do sofrimento da população na pandemia, além das pesquisas feitas nas instituições e na construção de materiais tecnológicos de higienização, também houve a solidariedade dos estudantes e dos profissionais da educação, mas a resposta do governo federal a essas ações é com um dos maiores cortes na educação, na ciência e na tecnologia. Temos presenciado que para solucionar problemas gerados pela pandemia, principalmente aqueles que têm relação com garantia de renda no sustento familiar, a parcela vulnerabilizada da juventude brasileira têm sido influenciada a encontrar alternativas imediatistas para sua sobrevivência, e estas, a excluem da continuidade de formação escolar como instrumento de empoderamento e esperança em um outro futuro, diminuindo drasticamente as oportunidades dessa geração de estudantes pobres que resistem às adversidades da pandemia.

A INTERSEÇÃO ENTRE FEMINISMO, ANTIRRACISMO E LUTA DE CLASSES

Quando se fala de mulheres e de feminismo, é importante saber de qual mulher e de que feminismo estamos falando. Por mais que a luta contra o machismo e outras opressões una as mulheres enquanto gênero, cada grupo de mulheres foi construído por diferentes perspectivas sociais e históricas, o que exigiu/exige do movimento feminista constantes mudanças e inserção de novas mulheres; não é à toa que o feminismo é dividido historicamente em três “ondas”. É só a partir dessa premissa da não universalização da categoria mulher é que se pode falar sobre feminismo interseccional.

Situado na terceira onda feminista, o feminismo interseccional surge fundamentalmente da terceira onda feminista, onde o seu fundamento tinha como cerne a crítica vinda de mulheres excluídas durante boa parte do movimento feminista: negras e lésbicas. A problematização dessas mulheres era de que o feminismo em sua história sempre fora branco, heterossexual e de classe média, desconsiderando questões como raça, etnia e classe. A terceira onda feminista, iniciada na década de 80, traz uma marca na maneira de se enxergar o feminismo, pois mulheres negras – protagonistas dessa onda -, pensam a categoria mulher de forma não homogênea e crítica, por isso a importância do termo interseccionalidade: não se pode refletir sobre apenas ser mulher e o machismo; ser apenas lésbica e o sexismo; ser apenas pobre; falar em interseccionalidade significa compreender todas essas opressões do ponto de vista estruturante, ou seja, não há primazia de uma opressão sobre a outra, todas dialogam entre si.

Estamos vivendo uma conjuntura difícil no último período, sobretudo para nós mulheres. Um ano e meio após os primeiros efeitos da pandemia do coronavírus no País, o Brasil coleciona uma sucessão de práticas que colocam sua sociedade cada vez mais em situação de vulnerabilidade. A gestão feita até o momento pelo Governo Bolsonaro para conter a transmissão desenfreada da covid-19 resultou em, não só milhares de mortes, como também um colapso no sistema sanitário e uma crise econômica sem precedentes. A situação é ainda mais grave quando o recorte é feito do ponto de vista feminino: as mulheres, sobretudo as negras e periféricas, são as que mais amargam as agruras da pandemia. Em um ano, subiu o número de casos de violência doméstica, feminicídio, e também a carga de trabalho e cuidados com o lar. O desemprego entre elas é outro fator que contribui para agravar todos esses fardos desproporcionais carregados pela figura feminina em uma sociedade patriarcal. O percentual de mulheres que estavam trabalhando no terceiro trimestre de 2020 foi o mais baixo desde 1990 (45,8%), de acordo com dados mais recentes do Ipea. O IBGE, calcula mais de 8,5 milhões de mulheres sem emprego no mesmo período.

A UNE precisa ter um papel central dentro da luta das mulheres estudantes, e contribuir na construção de políticas que nos auxilie na erradicação das desigualdades, fortalecendo a assistência estudantil, empoderando estas mulheres e construindo políticas efetivas que mudam a realidade das mulheres dentro (e fora) da universidade, portanto, a defesa da paridade em todos os espaços de poder e deliberação é uma pauta central para nós, exigimos paridade em todas as instâncias, desde a construção das chapas para disputas nos diretórios e centros acadêmicos, Diretório Central das e dos Estudantes, União Nacional das e dos Estudantes, bem como, suas

coordenações quando eleitas, até as instâncias políticas, nas câmaras, assembleias, secretarias. Além disso, incentivar a criação de diretorias de combate às opressões nos DCEs e entidades de base, dessa forma, construiremos uma sociedade em que todas nós possamos viver de forma plena, com equidade e possamos continuar a conceber um legado de lutas e conquistas para todas nós mulheres.

RADICALIZAR NA LUTA ANTI RACISTA!

O momento exige coragem para que se possa mudar as estruturas dessa sociedade que se constitui e impõe o lugar de subalternidade à população negra brasileira. Mesmo após 133 anos da abolição inconclusa da escravidão, vemos ainda os vestígios desse período manifestado nas diferenças sociais entre brancos e negros. A luta pela emancipação da população negra é algo que deve estar na agenda política prioritária das organizações sociais que lutam por uma sociedade justa e igualitária. Começamos a dar pequenos passos nesse sentido, principalmente quando entre 2003 à 2015, nos governos progressistas de Lula e Dilma, o combate à desigualdade racial na educação era um elemento essencial para essa mudança estrutural. O ingresso de estudantes negros nas universidades confrontou o monopólio do poder estabelecido historicamente pela elite, e que pese não ter sido o suficiente para suprir a tamanha desigualdade existente no país, essa é uma conquista memorável que contribui para o nosso empoderamento enquanto sujeitos criadores e mantenedores de nossa própria identidade.

Apesar disso, a maldita herança da escravidão continua a se reproduzir, seja com o genocídio de adolescentes e jovens negros das periferias de nosso país, pelas mãos do estado brasileiro; seja com a precarização do trabalho e a volta da fome, estas últimas sendo consequências diretas da reforma trabalhista e implementação da Emenda Constitucional 95. Com a chegada da pandemia toda essa situação se agrava, para quem achava que o coronavírus é democrático, as taxas de letalidade da doença na população negra nos mostram o contrário. É a população pobre e negra que não tem acesso aos recursos básicos para as medidas de prevenção da doença, além disso, diante da falta de renda para se manterem em casa em isolamento social, muitas dessas pessoas, mesmo na informalidade, saem de casa para trabalhar e consequentemente se expõem a contaminação e morrem mais.

Enquanto isso, o presidente da república, Jair Bolsonaro, continua a pôr em prática o seu projeto de morte. São mais de 525 mil vidas perdidas e mesmo assim o calendário nacional de vacinação caminha a passos lentos. Sob a política eugenista de branqueamento de nossa nação, ele tem se esforçado em destruir a nossa história no campo político, econômico e social. As posturas do presidente da Fundação Cultural Palmares são um grande exemplo disso. Vivemos um momento decisivo na política brasileira, pela vida do povo negro é #ForaBolsonaro, #ImpeachmentJá!.

A articulação da juventude negra em torno das organizações estudantis é crucial para a construção de um projeto político democrático cujo protagonismo parta de nós e seja para nós. Entendemos a importância simbólica e prática de participar dos espaços de decisão para avançarmos contra o racismo estrutural e institucional que especialmente nesse momento onde o governo sinaliza em acabar com conquistas coletivas como a

revogação da Lei 10.639/03 e 11.645/08 que disciplina a história da cultura africana e indígena, esse é o verdadeiro passaporte para a real emancipação de nossa geração.

Estabelecemos como um projeto democrático para a UNE a adoção da paridade racial como critério para a composição de sua diretoria e direção executiva para que assim cada vez mais correspondamos à realidade das bases que sustentam a organização e nos adequamos ao perfil da população brasileira e do atual ambiente das escolas, NÃO para a Lei da Mordaça que cala a diversidade e pluralidade no ambiente escolar, denunciar com força à falida política de guerra às drogas que cada vez mais mata e encarcera a juventude negra, pobre e periférica, o eventual fim das políticas de cotas poderá sentenciar gerações de jovens negros ao acesso ao ensino técnico e as universidades, batalhar para que não seja privatizado os institutos técnicos federais, pela não diminuição dos programas de transferência de renda, do FIES, do PROUNI e do REUNI. A UNE é uma ferramenta estratégica que deve ser apropriada por nós.

Defender a sua democratização é defender um projeto de constante renovação ancorado no seio do povo, na luta de classes. Se não se renova, a democracia morre.

Ficaremos de pé e resistiremos, por Felipe Doss, Leonardo Moreira e tantos negros e negras que lutaram e lutam por nossa liberdade!

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: LUTANDO POR AMOR, RESPEITO E ACOLHIMENTO

Doss presente! Leonardo presente! Dandara presente! LGBT's resistem.

Não temos dúvidas que nos governos de Lula e Dilma a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais acessaram, assim como a maioria do povo brasileiro, melhores condições de vida no país. Devemos reconhecer que neste mesmo período algumas iniciativas importantes foram conquistadas pelo Movimento LGBTQIA+ brasileiro, como a exemplo da implementação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+, no âmbito dos governos federais do PT foram importantes para o avanço da visibilidade dos direitos LGBTQIA+, apesar da insuficiência em alcançar o respeito à cidadania LGBTQIA+. Conseguimos através de muita luta a despatologização da transexualidade, e o direito à retificação de nome e gênero no registro civil sem precisar de ação judicial através do provimento número 73 do CNJ. Existe uma descontinuidade das políticas públicas em nível federal e uma paralisia no processo de implementação dos instrumentos institucionais e promoção dos direitos LGBTQIA+ nos estados e municípios que se materializam de diversas formas, como por exemplo, da inexistência de encaminhamentos das propostas elaboradas nas três conferências nacionais da população LGBTQIA+, do não cumprimento/efetivação dos projetos/programas/leis criadas em gestões públicas, e das muitas invisibilidades dadas às demandas da população LGBTI+.

É imprescindível entendermos que essas críticas não estão soltas ou desconexas da crise política que perpassa no nosso país, que vai desde o Congresso eleito mais conservador desde 1964; do crescimento das bancadas fundamentalistas religiosas, do golpe político através do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, eleita legitimamente; do Governo Temer que em tão pouco tempo implementou mudanças no país, entre elas a extinção do

Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, reduzidos a uma secretaria subordinada à pasta da Justiça e ao eleito presidente Jair Bolsonaro, que escancara e escancarou que ter um filho gay é falta de educação e de surra. Atualmente o então presidente fez mudanças no ministério extinguiu algumas pastas sendo elas cultura, esporte, trabalho, segurança pública entre outras. Também tem a medida provisória 870, que não deixa explícito que LGBTQIA+ faz parte das políticas e diretrizes destinada à promoção dos direitos humanos, como constava anteriormente. Que com toda certeza, impacta na perda e retirada dos direitos da população LGBTQIA+ brasileira.

Nós, do Coletivo Quilombo, compreendemos que o Estado Brasileiro não pode violar os direitos LGBTQIA+, das mulheres, do povo negro e dos indígenas, que é preciso garantir a qualquer custo, uma política de reparação e reconhecimento a essas populações que são historicamente e cotidianamente marginalizadas por não se encaixarem dentro dos padrões Cisheteronormativos que a sociedade impõe. Temos que entrar numa sintonia de respeito mútuo, a linguagem interseccional é estratégica para defendermos e debatermos nossas pautas sem hierarquia. Percebemos que a sociedade está organizada numa hierarquia das classes sociais, e que os indivíduos não falam apenas de um determinado local identitário. Por isso, legitimamos a perspectiva interseccional que foi cunhada e difundida pelo feminismo negro nos anos 1980 e constitui-se no estudo da sobreposição ou intersecção das identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, isto é, relações de poder. O uso desta linguagem é central para compreendermos que a população LGBTI+ está presente nas várias esferas políticas, no combate ao machismo, na necessidade da discussão da política de drogas, no enfrentamento ao racismo, no campo da arte-cultura, do trabalho e renda.

Assim a UNE tem que adequar a essas novas perspectivas, narrativas, construídas alianças estratégicas com outros movimentos e grupos sociais, dando a liga necessária para a construção de frentes de lutas, ações de massas, consolidação de acúmulos e conquistas. Os debates e as movimentações têm de ser na perspectiva de construção, na busca de consensos e na garantia da transversalidade das pautas. Todas estas lutas buscam combater/desconstruir preconceitos que se encontram hierarquizados e que normatizam os nossos corpos e sexualidades. A luta pela visibilidade de nossas identidades sexuais e de gênero se trata também da luta contra privilégios econômicos e políticos de uma elite branca, eurocêntrica e Cisheteronormativa. Lutar por nossos direitos, significa lutar pela nossa vida, afinal a cada 36h um LGBTQIA+ é assassinado no Brasil ou se suicida de acordo com o Relatório: Observatório de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil, o que confirma o nosso país como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Como alguns dados apontam foram 81 mortes de travesti e trans nesse primeiro semestre do ano de 2021, a morte de pessoas trans nesse período de pandemia ultrapassou as mortes de homens gays que nos anos anteriores eram maiores, isso mostra o quanto essas mulheres sofrem com a transfobia, o machismo e em sua maioria com o racismo.

É preciso, ocupar e construir os Conselhos de Direitos LGBT's nos estados e municípios, com Coordenação dos Direitos LGBTQIA+ e Plano de Combate a LGBTIfobia, que conforma o tripé da Cidadania LGBTQIA+. Essa é

a base para implementação de políticas públicas para população LGBTQIA+ possibilitado o movimento LGBTQIA+ formular, propor, monitorar e fiscalizar ações em governos estaduais e municipais, bem como respostas emergenciais à violência lesbo-homo- bi-transfóbica. Para a diretoria LGBTQIA+ da UNE a luta em defesa do Estado Laico deve estar na ordem do dia sempre, pela democratização no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos; pela aprovação da PLC 122 que foi arquivada, o projeto criminaliza a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis; por uma intensa campanha pelo respeito ao nome social das pessoas transexuais que ainda não fizeram a retificação de nome e Gênero. Mais que nunca a efetivar a perspectiva de uma educação sem sexismo, homofobia, bifobia, lesbofobia e transfobia, para conseguir transformações que precisamos na universidade e na sociedade. Só assim poderemos verdadeiramente conquistar o poder transformador calcado nos valores do respeito, da igualdade e da diversidade.

SAÚDE – DIREITO CONQUISTADO NÃO SE COMPRA E NÃO SE VENDE

Em meio a crise de saúde pública que vivemos hoje no Brasil, é preciso focar no debate acerca do Sistema Único de Saúde. Primeiramente, temos que desconstruir a compreensão errônea de que existe um SUS bom na teoria e um ruim na prática, sendo que o que de fato há é uma luta constante. E nesse período isso ficou ainda mais em evidência quando falamos das aplicações das vacinas e dos cuidados com os pacientes sejam por COVID, sejam por outra doença ou condição.

A origem do SUS remonta à redemocratização do Brasil, sendo fruto da organização do movimento de vigilância sanitária e saúde popular no país. As principais conquistas neste novo modelo de enfocar a saúde pública estão nos processos de descentralização e participação social. Estes trouxeram impactos diretos para a gestão em saúde e na aplicação de recursos municipais. Sua implementação, de maneira imbricada num contexto que concorre aos anseios privatistas de um setor neoliberal que vê a saúde como mercadoria, nem sempre foi de fácil diálogo dentre os diversos atores de nossa sociedade. Vimos em um primeiro momento uma desregulação das agências de saúde suplementar, em sua maioria cooperativas médicas, que desde a constituinte de 1988 até o dia 28 de janeiro de 2000, com a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), não possuíam praticamente quaisquer caracterizações de seu funcionamento. Isso pode ser relacionado ao enraizamento dos serviços privados de saúde no Brasil, que caracterizamos como quase selvagem em nosso país. Estes setores também se tornarão responsáveis pelo financiamento do golpe a partir de 2016, e na eleição de Jair Bolsonaro.

Lembramos que somente em 2010, 12 bilhões de reais foram depositados nas campanhas de políticas brasileiros, em sua maioria nas candidaturas de direita, segundo a pesquisadora Lygia Bahia. Contudo, as apostas em novas práticas em saúde e a criação de importantes políticas públicas, sobretudo nos governos Lula e Dilma, só foram possíveis pela estruturação do SUS sobremaneira, modificaram positivamente o cenário de atenção à saúde brasileiro. Em 2001 temos a aprovação da Lei Federal 10.216, a qual institui uma política de saúde mental no âmbito do SUS, pelos princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. Assim dá-se a criação dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) em substituição aos modelos

centrados no hospital psiquiátrico, e programas como o “De Volta Pra Casa”. O Programa Farmácia Popular, criado no primeiro governo Lula em 2003, e em 2011 ampliado no governo Dilma com a Portaria 184/2011, disponibilizou fármacos gratuitos aos usuários para asma, hipertensão e diabetes, além de 120 diferentes fármacos custeados parcialmente. O Programa Mais Médicos, criado em 8 de julho de 2013 pela ex-presidenta Dilma, com o intento de suprir as demandas médicas no interior, chegou a ter 18240 médicos e a abastecer 63 milhões de pessoas em 4058 municípios brasileiros, possibilitando o acesso sobretudo aos mais pobres, do interior e dos campos.

Porém vemos um desmonte de todas essas conquistas desde o golpe impetrado contra a ex-presidenta Dilma em 2016, e com o governo de Jair Bolsonaro, genocida e corrupto, as coisas estão piores. Tivemos a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual congela os recursos em saúde por 20 anos. Esta já traz impactos na saúde pública que vão desde a má remuneração de profissionais da saúde a não aquisição de medicamentos essenciais para as unidades básicas de saúde, o que tem impactado no combate à Pandemia do Covid-19. Também vimos a aprovação da Portaria 1482/16 que institui grupos de trabalho para a viabilização de Planos de Saúde Acessíveis, em franco intento de substituição do SUS, e a extinção do programa Farmácia Popular, desabastecendo milhões de brasileiras e brasileiros. Também vimos cortes orçamentários na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), além da revogação das políticas públicas de Redução de Danos e promoção de uma política eugenista e manicomial que apoia e promove as chamadas CTIs (Centros de Tratamento Intensivo) que consistem em manicômios ditos “humanizados”, mas que trabalham através da doutrinação religiosa e aprisionamento dos corpos.

Durante o governo Bolsonaro e de Temer, já fomos surpreendidos com a deportação dos médicos cubanos que integravam o Mais Médicos. Dado isso 31,4% das vagas desocupadas não conseguem ser preenchidas, estancando neste número, e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas estão sem profissionais. Estas medidas desassistiram milhões de pessoas, sobretudo as que mais necessitam da saúde pública, e mesmo com a abertura de editais e chamados de médicos, não se consegue ter a carência suprida.

Defender o SUS!

O governo Bolsonaro, principal protagonista da política de genocídio existente hoje no país, utiliza-se do conjunto de desigualdades sociais impostas à maioria da população brasileira e da sanha capitalista da elite burguesa nacional para promover discursos de manutenção do funcionamento da economia a despeito da contagem de mais de 530 mil mortos. Ao ignorar a ciência e negligenciar a doença, Bolsonaro tornou-se o principal responsável pelo expressivo número de mortes no país, ultrapassando, inclusive, os EUA na média de mortes por um milhão de habitantes, o que contribui ainda mais para o declínio da economia e agravamento do quadro de saúde nacional. Na crise sanitária nacional o cenário é desastroso. Cientistas já previam a entrada do país em uma segunda onda da pandemia e a disseminação de variantes mais transmissíveis com maior capacidade de re-infecção e morte.

Diante da ausência de um plano nacional de combate à COVID-19 o país enfrenta o pior momento da pandemia com expressivo crescimento do número de casos e de óbitos nas camadas mais jovens da sociedade, alta

incidência de covid-19 e ocupação de UTIs acima de 80% nos meses de maio e junho. Essa situação já estava com níveis alarmantes em um quadro de intenso colapso nas redes de saúde. Como consequência, não há capacidade de atendimento médico para outras necessidades de saúde uma vez que todos os esforços e recursos já foram consumidos na tentativa de combate à COVID; trabalhadores da saúde seguem a mais de um ano com jornadas abusivas de trabalho, presenciamos um profundo desajuste no sistema de saúde nacional e a ineficiência do plano nacional de vacinação.

Essa situação acaba se aprofundando ainda mais diante da política internacional adotada pelo governo Jair Bolsonaro. Sua gestão caótica tem gerado falta de confiança das autoridades mundiais, e consequentemente levado o Brasil a um isolamento político mundial. Relações que neste momento são fundamentais para a compra de vacinas e insumos, bem como na construção de caminhos que possam ajudar a resolver a crise sanitária. Na corrida pelo acesso à imunização, setores privilegiados da sociedade brasileira têm se articulado para furar a fila da vacinação, possibilitando que a iniciativa privada transforme as doses das vacinas em produto para comercialização e, portanto, de acesso mais rápido para quem pode pagar.

Na história do país são inúmeros os exemplos onde as elites se juntaram para impor através da concentração de poder econômico uma política de salvação individual em detrimento da maioria dos trabalhadores que estão fora dos privilégios econômicos. Os brasileiros e as brasileiras estão acompanhando nesse mês de junho e julho a CPI da Covid-19 onde só mostra o quanto que nós poderíamos ter avançado na vacinação se o governo genocida não quisesse ganhar propina em cima da compra da vacina, um governo irresponsável com a vida da população e que acha que a vida dos nossos vale um dólar, o Brasil sempre foi referência na vacinação mundial, mas sabemos que estamos neste cenário porque quem comanda nosso país é um genocida.

Portanto, é preciso barrar a precarização da Saúde! E dizer CHEGA a esse governo. Faz-se necessária a luta contra a gestão de Bolsonaro, e o Coletivo Quilombo diz: “lutemos, porque O SUS É NOSSO, NINGUÉM TIRA DA GENTE. DIREITO CONQUISTADO NÃO SE COMPRA E NÃO SE VENDE”!.

QUEM PAGA A CONTA DOS RETROCESSOS?

De certo que para um governo reacionário, autoritário e antidemocrático como o Governo Bolsonaro, que tem como principal objetivo defender as elites nacionais, a conta dos retrocessos que o país atravessa já está nas costas daqueles que mais necessitam de cuidado e políticas públicas. Ao longo de mais de um ano de pandemia os retrocessos são inúmeros e aparecem nas mais diversas áreas sociais; uma nova, intensa e mais letal onda do coronavírus no país fez com que estados e municípios regredissem demasiadamente nos avanços realizados; na educação é possível perceber uma sociedade dividida entre os prejuízos do atraso escolar e o risco de reabertura das escolas sem que haja vacinação em massa; temos um crescimento acelerado do desemprego e a dificuldade de acesso a renda fez o nosso país voltar ao trágico mapa da fome; aqueles que estão ocupando vagas em subempregos, a exemplos dos trabalhadores por aplicativo, ludibriados pelas perspectivas de serem chefes de si mesmos, convivem com jornadas

exaustivas, com a negligência das grandes corporações e já enxergam a necessidade de organizar-se através de paralisações e manifestações que fortaleçam as lutas da categoria.

O atual modelo de segurança pública não deixou de retirar as vidas de jovens negros nas periferias das cidade todos os dias. Mulheres seguem sofrendo com violência doméstica e o feminicídio, agravados durante a pandemia e nossas cidades seguem como ambientes inseguros para a comunidade LGBTQIA+. Por isso, mais do que pensarmos sobre quem sofrerá as consequências da negligência desse desgoverno antipovo é necessário assumir os desafios apresentados à nossa geração. Estamos frente a frente com lutas históricas conjugadas com enfrentamentos do tempo presente.

Nosso desafio é defender a ciência e combater fake news. Não podemos recuar até que tenhamos a garantia da vacinação em massa para conter o vírus e as mortes. Nossa luta é para que a juventude trabalhadora e desamparada não tenha que optar entre a sala de aula e sustento de suas famílias, e para que nenhuma escola seja reaberta antes da vacinação de toda comunidade escolar.

Estamos nas mesmas trincheiras dos que hoje sentem fome, é um absurdo que em um país produtor de alimentos, tenhamos que conviver com a realidade da ausência de soberania alimentar. Nossa luta é para que não falte comida no prato! Seguimos em defesa de oportunidades dignas de trabalho, acesso a salário e direitos trabalhistas. Onde quer que haja um trabalhador subjugado, romper com ciclo de exploração é nosso compromisso!

Enquanto juventude negra, periférica, rural, trabalhadora, LGBT, indígena, sindicalista e de mulheres sabemos que as lutas pelo fim da violência estrutural que atinge os diversos grupos são lutas pela manutenção das nossas vidas. Vamos lutar bravamente pela nossa identidade!

Está aí a nossa oportunidade de apresentar ao povo brasileiro a importância das lutas por igualdade e por justiça. De gritarmos a plenos pulmões que construímos na prática nossos ideais socialistas.

É preciso OUSAR! nas redes, LUTAR! nas ruas e CONSTRUIR PODER POPULAR junto com as e os estudantes, os movimentos sociais e toda classe trabalhadora.

ASSINATURAS DOS E DAS ESTUDANTES

Nome - Matrícula - Instituição

1. Jorge da Silva Junior - 201910184 - Instituto Federal de Sergipe
2. Deyvison Alves de Jesus - 1162153889 - Universidade Tiradentes
3. Keila Santos Costa - 2017057067 - Universidade Federal do Maranhão
4. Marcos Johari Provezani Silva - 1711711- Uniasselvi
5. Mariana Veras de Alencar Zorzo - 19103369 - Universidade Federal de Santa Catarina

6. Maria Eduarda Gibson dos Passos - 160136261 - Universidade de Brasília
7. Elis Regina da Silva Gonçalves - 2155146 - Universidade Paulista
8. Steffany Oliveira de Vasconcelos - 202009079GV - Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado de Governador Valadares
9. Gilson Junio Oliveira Andrade - 2019041914 - Universidade Federal de Minas Gerais
10. Carlos Henrique Viveiros Santos - 201903055 - Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado de Governador Valadares
11. Gabriel Zampa Silva - 2019073247 - Universidade Federal de Minas Gerais
12. Maria Anita da Silva Gonçalves - 202128010301 - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
13. Bárbara Camile Cavalcante Pereira - 190051809 - Universidade de Brasília
14. Vitória Cristina dos Santos Silva - 190059303 - Universidade de Brasília
15. João Paulo Vaz Mendes - 170002934 - Universidade de Brasília
16. Raíssa Vaz Mendes - 180146157 - Universidade de Brasília
17. José Gibson dos Passos - 180123688 - Universidade de Brasília
18. Cauê Vilela Fernandez - 20103983 - Universidade Federal de Santa Catarina
19. Ana Beatriz Rossi - 21106257 - Universidade Federal de Santa Catarina
20. Géssica Caroline Pontes - 340897 - Universidade do Oeste de Santa Catarina
21. Gustavo Reis Santos - 2018017825 - Universidade Federal do Maranhão
22. Claudemilson Moraes Soares - 2020018605 - Universidade Federal do Maranhão
23. Ieda Martins Costa - 2019048479 - Universidade Federal do Maranhão
24. Érika Moura - 2018CA0042 - Instituto Federal do Maranhão
25. Bárbara Regina Cardoso Rodrigues da Silva - 1172140453 - Universidade Tiradentes
26. Lucas Feitosa Daniel - 1282112355 - Universidade Tiradentes
27. Maria Erica Nascimento Santos - 1182124744 - Universidade Tiradentes
28. Jéssica Alana Santos Menezes - 1172137703 - Universidade Tiradentes
29. Paulo Rodrigues dos Santos - 1177102070 - Universidade Tiradentes
30. Rafaela Dias Monteiro - 1167138047 - Universidade Tiradentes
31. Lucas Cruz da Cunha - 1162126113 - Universidade Tiradentes
32. Marcia Jaqueline Nascimento de Moraes - 1177171322 - Universidade Tiradentes
33. Sabrina da Silva Máximo - 177169352 - Universidade Tiradentes
34. Ana Célia de Jesus Fonseca - 1167154280 - Universidade Tiradentes
35. Gisleide Almeida Messias - 1777101014 - Universidade Tiradentes
36. Neide Lizandra Rocha Dias de Almeida - 117130430 - Universidade Tiradentes
37. Joelma Silva Santos Santana - 1177189930 - Universidade Tiradentes
38. Jaciene Conceição dos Santos - 1177195310 - Universidade Tiradentes
39. Gleice Ellen dos Santos - 201610025 - Universidade Regional Brasileira
40. Samuel Alves Teles - 201710080 - Universidade Regional Brasileira
41. Flávio Yan Assunção de Souza - 201810035 - Universidade Regional Brasileira

42. Flávia de Jesus Ribeiro - 201910043 - Universidade Regional Brasileira
43. Mateus Barbosa Lima Oliveira - 201710022 - Universidade Regional Brasileira
44. Kathy Nascimento dos Santos - 201910021- Universidade Regional Brasileira
45. Fabricia Santos de Jesus - 201820023 - Universidade Regional Brasileira
46. Diego Alexandre Santos Chaves - 201510241- Universidade Regional Brasileira
47. Ana Julia Mota Barros - 201820051- Universidade Regional Brasileira
48. Milena Fernandes Santos de Souza - 201810127 - Universidade Regional Brasileira
49. Estefani Nayara da Silva - 20170015053 - Universidade Federal de Sergipe
50. Milena L Santos - 201800155508 - Universidade Federal de Sergipe
51. Felipe Menezes Bezerra - 201700155560 - Universidade Federal de Sergipe
52. Osvaldo Ludeorre Neto - 201800155026 - Universidade Federal de Sergipe
53. Keci Martins Braz - 201800154870 - Universidade Federal de Sergipe
54. Johnny Rodolfo Ramos - 201600171267 - Universidade Federal de Sergipe
55. Danilo Soares de Souza - 201800156865 - Universidade Federal de Sergipe
56. Douglas Henrique Santos - 201800156266 - Universidade Federal de Sergipe
57. Jessy Kely Oliveira Menezes - 201800156883 - Universidade Federal de Sergipe
58. Samuel Carlos Pereira Júnior - 201800156794 - Universidade Federal de Sergipe
59. Alessia Nunes dos Santos - 201800155680 - Universidade Federal de Sergipe
60. Lara Carolina de Almeida Oliveira - 201800010486 - Universidade Federal de Sergipe
61. Lara Victoria dos Santos Moura - 201800010468 - Universidade Federal de Sergipe
62. Lara do Livramento Faro - 201800072317 - Universidade Federal de Sergipe
63. Julia Souza Diniz - 201800072291- Universidade Federal de Sergipe
64. Silas Zambaldi Garcia - 201600076375 - Universidade Federal de Sergipe
65. Virna Anfrizio Souza - 201800072513 - Universidade Federal de Sergipe
66. Caroline Nunes dos Santos - 201800069581- Universidade Federal de Sergipe
67. Cindy Rafaela Pinto de Oliveira - 201800072694 - Universidade Federal de Sergipe
68. Elida Laísa dos Santos Silva - 201800069296 - Universidade Federal de Sergipe
69. Danilo Oliveira Teles - 201800070831 - Universidade Federal de Sergipe
70. Gabriel Silva Dorea - 201800010163 - Universidade Federal de Sergipe

71. Maysa Carolina de França Souza Silva - 201800070330 - Universidade Federal de Sergipe
72. Marcela Santana de Jesus - 201600080458 - Universidade Federal de Sergipe
73. Viviane Fonseca Santos - 201600072830 - Universidade Federal de Sergipe
74. Vitor Velloco Lopes - 201600076437 - Universidade Federal de Sergipe
75. Tadeu de Almeida Alves - 201900119194 - Universidade Federal de Sergipe
76. Fábio Henrique de Souza - 202100042544 - Universidade Federal de Sergipe
77. Dário Ferreira Rocha - 202000081460 - Universidade Federal de Sergipe
78. Kauan dos Santos - 202105003769 - Universidade Estácio de Sá
79. Vinicius Eduardo Cruz Dias - *Direito - Universidade Federal de Sergipe (UFS).*
80. Celine Santos Olimpio - *Pedagogia, Faculdades Integradas de Sergipe (FISE)*
81. Willys Carmo de Azevedo - *Direito - Universidade Tiradentes*
82. Glicia bezerra da costa - *Gestão de Recursos humanos - Faculdades UNIP.*
83. Acácia Santos de Araujo - *Ciências Sociais - UFS*
84. Yzanna Souza Santos - *Direito - Universidade Tiradente (Unit)*
85. Bruna Fernando Santos - *Estatística - Universidade Federal de Sergipe (UFS)*
86. Bruno Acácio da Silva Nascimento - *Pedagogia - Faculdade Dom Pedro II*
87. Guilherme Gomes Aires Carvalho - *Comunicação Social / Publicidade e Propaganda - Faculdade Araguaia GO*
88. Carlos Henrique Viveiros Santos - *Ciências Econômicas - Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Avançado de Governador Valadares*
89. Daniele Jordânia Ferreira Amaral / *Ciências Sociais / Universidade Estadual de Montes Claros*
90. Ana Karolina Fontes – *Direito - UFPE*
91. Bruno Boaratti Machado- *Comunicação social Publicidade e Propaganda faculdade Araguaia*
92. Guilherme Augusto Sá Barreto de Miranda - *Direito - UFPE*
93. Ygor Leonardo de Sousa Araújo - *Direito - UFPE*
94. Gilson Junio Oliveira Andrade - *Matematica - UFMG*
95. João Pedro Sansão - *Direito - FURB*
96. Mariana Dias Moraes - *Pedagogia - UFG*
97. Tainá Amorim Lopes - *Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros*
98. Charlene Ramos Aguiar - *Ciências Sociais - Universidade Estadual de Montes Claros*
99. Bernardo Rafael Borges Rodrigues - *Ciências da Religião - Universidade Estadual de Montes Claros*
100. Jader José de Oliveira Gonçalves -*Faculdade Integradas do Norte de Minas, Direito*

101. *Luis Fernando Viana de Araújo Pereira - Faculdade Integradas do Norte - Direito*
102. *Felipe de Jesus Oliveira Lopes - ed. física FUNORTE*
103. *Fernanda Stefani Dias da Silva Santos - Direito Funorte*
104. *Josimar Ferreira de Jesus - Licenciatura em Química - Universidade Estadual de Santa Cruz*
105. *Robson Hernandes Souza Lisboa- Física Licenciatura UFMS*
106. *Gustavo Marcelo Sobral dos Santos - História Licenciatura UFMS*
107. *Danilo Nogueira Costa e Silva - Educação Física - UFMS*
108. *Laura Caroline Lobo Santos - Artes Visuais - UFMS*
109. *Fabício Alves Espíndola - Psicologia - UFMS*
110. *Jhonatan Jose Maria Rodrigues - Ciências Biológicas Licenciatura - UFMS*
111. *Victor Hugo Lisboa Cabrocha - Engenharia de Produção Bacharelado – UFMS*
112. *Yara Beatriz Correa Belfort - 201789622 - UEMA*